

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **HAGA S.A. Indústria e Comércio** é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

# 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

## 2.1. Base de apresentação

- i. Declaração de conformidade As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.
- ii. Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de sua controlada, e todas as demais informações financeiras são apresentadas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam.
- iii. **Demonstração do Valor Adicionado** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada de acordo com o requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.
- iv. **Aprovação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2022.

## 2.2. Resumo das principais práticas contábeis

- Consolidação das demonstrações contábeis A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da sua controlada "FULLMETAL Indústria e Comércio S.A.", conforme descrito na Nota explicativa nº 9, considerando os seguintes principais critérios:
  - a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas;
  - b) eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida: e
  - c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Os investimentos nesta empresa controlada estão registrados nas demonstrações contábeis individuais da controladora pelo Método de Equivalência Patrimonial.



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

- Transações e saldos em moeda estrangeira As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.
- Apuração do resultado As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações a estes inerentes.
- Caixa e equivalentes de caixa Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- Estimativas para perdas em crédito O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.
- Estoques Avaliados com base no menor entre o custo de aquisição e produção e o valor líquido realizável, ajustado por eventuais perdas, quando aplicável.
- Demais ativos circulantes e não circulantes Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.
- **Investimentos** O investimento em empresa controlada é reconhecido inicialmente pelo seu custo e posteriormente, ajustado pelo método de equivalência patrimonial.
- Outros investimentos Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP -Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.
- Imobilizado Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e
  ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação dos itens inicia-se a partir
  do momento em que os ativos são instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo
  da vida útil estimada dos bens.
- Imposto de renda e contribuição social Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.
- Empréstimos e financiamentos Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês. Os detalhes da repactuação dos empréstimos vencidos estão apresentados na Nota Explicativa nº 12.
- Provisão para contingências É atualizada até a data do balanço pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.
- Demais passivos circulantes e não circulantes Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.
- Receitas e despesas financeiras O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos
  e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e
  cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de
  competência.



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

- Ajuste a valor presente de ativos e passivos Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes, não cabendo desta forma a realização de ajustes.
- Valor de recuperação de ativos A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.
- Uso de estimativas e premissas A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- a) Redução dos valores de recuperação dos ativos: a cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.
- b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: as contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.
- c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas: a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.
- d) <u>Valor justo de instrumentos financeiros</u>: o valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

# 3. RISCO DE CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

A Companhia, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, apresentou patrimônio líquido negativo, indicando que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar suas obrigações de longo prazo.

No curto prazo, a Administração da Companhia não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, e da administração austera de custos e pela equalização do passivo, principalmente das obrigações relacionadas a credores bancários.

O maior passivo tributário da Companhia, que concerne a Tributos Federais, deixados de recolher em períodos anteriores a administração da atual gestão, encontra-se parcelado nos termos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 – REFIS, parcelas apuradas com base em percentual do faturamento mensal, sem prazo definido na lei para liquidação, sendo cumpridas integralmente as bases contratuais e legalmente estabelecidas.

Entretanto, conforme noticiado em comunicado ao mercado de 18 de outubro de 2021, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil por meio da intimação eletrônica de número 14.254/2021/PARCESP/DRF RJ2/RFB estabeleceu que a Companhia passe a pagar um valor que viabilize a quitação do parcelamento constante do REFIS I até o ano de 2050, sob pena de exclusão. Assim, ante ao fato e prazo de liquidação estipulado, inicialmente, a Companhia passará a pagar o REFIS, mensalmente, conforme as condições estabelecidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil através da Intimação citada. Tal procedimento da RFB, consubstanciada no Parecer PGNF/CDA 1206/2013, sob a tese de ser passível a exclusão do REFIS em razão de pagamentos ínfimos insuficientes para amortizar o saldo de débitos no âmbito do parcelamento, resta, no momento, também amparada pelo Superior Tribunal de Justiça com reiteradas e consolidadas decisões favoráveis ao Parecer. Isto posto, considerando que o pagamento na modalidade apresentada na intimação citada propõe a liquidação dos débitos tributários nos próximos 28 anos, condição em que o montante será gradativamente reduzido, tanto o principal como os Juros (TJLP), a Companhia seguirá com os pagamentos dessa forma, porém, sob análise continua da geração de caixa, bem como a evolução do faturamento no sentido da cobertura do ponto de equilíbrio e a geração de resultado positivo..

Noutro ponto, a Administração da Companhia permanece alerta a eventual surgimento de novos diplomas legais, inclusive no âmbito da Transação Tributária sob a regência da PGFN, que possa oportunizar condição de viabilidade mais interessante do que a atual.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e bancos:	17.934	612.895	17.945	612.906
Aplicações financeiras:				
CDB (a)	26.719.790	26.839.290	37.599.753	36.991.834
Contas de Poupança (b)	3.622	3.427	3.550	3.622
	26.723.412	26.842.717	37.603.303	36.995.456
Total	26.741.346	27.455.612	37.621.248	37.608.167

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) No exercício findo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário CDI
- (b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

## 5. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Mercado interno	3.212.955	3.581.193	6.886.356	4.949.087
Estimativa para perdas em crédito	-	-	-	-
Total	3.212.955	3.581.193	6.886.356	4.949.087
	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Abertura por idade e vencimento:				
A vencer	3.066.346	3.408.803	6.546.555	4.556.961
Vencidos até 30 dias	53.693	71.509	134,843	185.501
Vencidos de 31 a 60 dias	21.878	23.000	31.761	109.204
Vencidos de 61 a 90 dias	15.723	17.869	51.943	25.634
Vencidos acima de 91 dias	55.315	60.012	121.254	71.787
Total	3.212.955	3.581.193	6.886.356	4.949.087

## 6. ESTOQUES

	Controladora		Conso	lidado
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Produtos acabados	694.645	897.118	694.645	897.118
Produtos em elaboração	772.505	1.409.183	812.378	1.602.948
Matérias Primas	2.909.792	3.451.585	2.919.094	3.455.665
Materiais de Consumo	34.702	30.902	34.702	30.902
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-
Importações em andamento	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	688	307	4.699	506
Total	4.412.332	5.789.095	4.465.518	5.987.139

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas principais matérias primas consistirem em "comodities" em estado primário e de alta liquidez.

# 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Impostos Estaduais – ICMS	105.368	258.373	105.368	258.373
Impostos E Contribuições Federais	572.128	632.201	572.128	716.680
Total	677.496	890.574	677.946	975.053

# 8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, Fullmetal Indústria E Comércio S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

	Contro	oladora
	30.09.2022	31.12.2021
Totais de ativos e Passivos	14.611.221	11.835.328
Total de Receitas	10.031.022	13.709.083
Lucro do Exercício	5.585.071	5.609.403
Capital social	20.000	20.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20
Patrimônio líquido	5.609.071	2.828.701
Percentual de participação	100%	100%
Investimento	5.609.071	2.828.701
Movimentação do investimento:		
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011 Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos	20.000	20.000
distribuídos/recebidos)	5.585.071	2.804.701
Percentual de participação	100%	100%
Investimento em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021	5.609.071	2.828.701

## 9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota explicativa na divulgação da Controladora (BR GAAP).

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Trans	Transações	
	Receita de venda de produtos	Receita de venda de produtos	
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	2.843.151	5.867.744	

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

## **10.OUTROS INVESTIMENTOS**

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A Companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

#### 11.IMOBILIZADO

			Controladora		
	-	30.09.2022		31.12.2021	Taxa
		Depreciação			de
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	depreciação
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	14.095.065	11.912.914	2.182.151	1.854.489	4%
Equipamentos	22.499.557	17.828.415	4.671.142	5.170.479	10%
Instalações	1.364.269	1.247.663	116.606	135.681	10%
Móveis e utensílios	756.296	705.962	50.334	57.682	10%
Equipamentos de	900.374	784.467	115.907	142.125	20%
processamento de dados					
Ferramentas e utensílios	3.117.146	2.925.308	191.838	202.377	20%
técnicos					
Veículos	139.311	129.191	10.120	16.475	20%
Imobilizações em curso	453.306	-	453.306	1.258.781	-
,	44.482.712	35.533.920	8.948.792	9.995.477	
			•		
			Consolidado		
		30.09.2022		31.12.2021	Taxa
		Depreciação			de
	Custo	acumulada	<u>Líquido</u>	Líquido	depreciação
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	14.095.065	11.912.914	2.182.151	1.854.489	4%
Equipamentos	22.950.475	18.276.326	4.674.149	5.200.507	10%
Instalações	1.364.269	1.247.663	116.606	135.681	10%
Móveis e utensílios	757.513	707.047	50.466	57.905	10%
Equipamentos de	900.374	784.467	115.907	142.125	
processamento de dados					20%
Ferramentas e utensílios	3.117.146	2.925.308	191.838	202.377	
técnicos					20%
Veículos	139.311	129.191	10.120	16.475	20%
Imobilizações em curso	453.306	<u> </u>	453.306	1.258.781	-
	44.934.847	35.982.916	8.951.931	10.025.728	

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Saldo no início do exercício	9.995.477	9.960.133	10.025.728	10.035.598
Adições	117.191	1.682.719	117.191	1.682.719
Baixas	(58.438)	(57.200)	(58.438)	(57.200)
Depreciação	(1.105.438)	(1.590.175)	(1.132.550)	(1.635.389)
Saldo no fim do exercício	8.948.792	9.995.477	8.951.931	10.025.728

A Companhia procedeu a sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Líquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.



#### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Bancos Privados (a)	20.754.085	20.754.086
Banco do Brasil S/A (b)	5.957.962	5.991.890
	26.712.047	26.745.976
Passivo circulante – parcelas de curto prazo	20.759.740	20.776.705
Passivo não circulante – parcelas de longo prazo	5.952.307	5.969.271
	26.712.047	26.745.976

- (a) <u>Bancos Privados</u> empréstimos contratados com Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.
- (b) <u>Banco do Brasil S/A</u> em 28 de dezembro de 2018 a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S.A. entabularam transação, pela qual ajustaram prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta meses), retroativo a 31 de outubro de 2018, das parcelas vincendas representadas nas alíneas B e C da cláusula 3ª do aditivo ao acordo de 21 de agosto de 2009 assinado em 21 de novembro de 2011, nos autos da Execução nº. 00000763.1990.8.19.0037(1990.037.016790-3), com última parcela a vencer em 13.11.2023. Todas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Aditivo permanecem vigentes, conforme Aditivo firmado em 21 de novembro de 2011, ficando ratificado o título e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009 e de 21 de novembro de 2011. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 28 de dezembro de 2018, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 16.964. Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

#### 13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora			
		30.09.2022		31.12.2021
		Não		
	Circulante	Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	1.613.183	-	1.613.183	1.572.961
IR/PIS/COFINS/CSFonte	76.783	-	76.783	539.447
Outros	1.729		1.729	391
	1.691.695	-	1.691.695	2.112.799
		Consolie	dado	
	-		Jauo	21 12 2021
				31.12.2021
	0:		Takal	T-4-1
		Circulante		
ICMS/Parcelamento	1.687.630	-	1.687.630	1.770.067
IR/PIS/COFINS/CSFonte	468.939	134.012	602.951	898.346
IPI	45	-	45	-
Outros	1.729		1.729	391
	2.158.343	134.012	2.292.355	2.668.804
IR/PIS/COFINS/CSFonte Outros  ICMS/Parcelamento IR/PIS/COFINS/CSFonte IPI	76.783 1.729 1.691.695 Circulante 1.687.630 468.939 45 1.729	- -	76.783 1.729 1.691.695 dado Total 1.687.630 602.951 45 1.729	539.447 391 2.112.799 31.12.2021 Total 1.770.067 898.346



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

# 14. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

Impostos federais Contribuições sociais Saldo na data de adesão ao REFIS Ajuste por homologação do REFIS Atualização pela TJLP até dezembro de 2021 Pagamentos efetuados até dezembro de 2021	Controladora 24.292.298 14.052.452 38.344.750 59.014.004 (7.968.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.390.046
Atualização pela TJLP em 2022	1.744.973
Pagamentos efetuados em 2022	(2.105.823)
Saldo em 30 de setembro de 2022	89.029.196
Passivo Circulante	2.807.764
Passivo não circulante	86.221.432
	89.029.196

## 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Na esfera Cível	343.198	336.781
Total da provisão para contingências	343.198	336.781
Depósitos judiciais	(343.198)_	(336.781)
Provisão para contingências, líquida		_

## Movimentação das adições e baixas.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Saldo no início do exercício	336.781	327.615	336.781	327.615
Adições	6.417	9.166	6.417	9.166
Baixas	(-)	(-)	(-)	(-)
Saldo no fim do exercício	343.198	336.781	343.198	336.781

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e	Controladora e Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	
Na esfera Cível	619.070	619.070	
	619.070	619.070	



#### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável.

Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de Suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora	
	30.09.2022	31.12.2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(847.563)	8.766.939
Equivalência Patrimonial	(5.585.071)	(5.609.403)
Outras Adições/exclusões permanentes	48.856	72.752
Resultado Fiscal antes da compensação de prejuízos fiscais	(6.383.778)	3.230.288
(-) Prejuízo fiscal compensável	(	(969.086))
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	(6.383.778)	2.261.202
Imposto de renda à alíquota de 15%	-	339.180
Imposto de Renda à alíquota de 10%	-	202.120
Contribuição social à alíquota de 9%	-	203.508
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	744.808
	Consol	lidado
	30.09.2022	31.12.2021
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	296.259	1.170.092

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 25.162 mil. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, consequentemente, do Patrimônio líquido negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

## 17. CAPITAL SOCIAL

## a) Capital social

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos.

#### O Capital Social está distribuído conforme segue:

	Qde.	Total das ações	%
Acionistas domiciliados no País - pessoas físicas	5.538	6.984.752	58,70
Acionistas domiciliados no País - pessoas jurídicas	37	4.915.248	41,30
Total	5.575	11.900.000	100,00



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

## b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantida à proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata que deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembleia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

## 18. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 – Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

		2022			2021	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação no						
início do período Quantidade de ações em circulação no final	3.966.667	7.933.333	7.933.333	3.966.667	7.933.333	7.933.333
do período	3.966.667	7.933.333	7.933.333	3.966.667	7.933.333	7.933.333

	Controladora		
	30.09.2022	31.12.2021	
Lucro no final do exercício	(847.563)	8.022.131	
Média ponderada das quantidades de ações em circulação	11.900.000	11.900.000	
Lucro por ação básico	(0,0712238)	0,674129	

#### 19. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021 possuem a seguinte composição:

Controladora		Conso	lidado
30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
18.570.184	35.593.825	26.039.496	42.700.127
(3.448.491)	(6.916.973)	(4.012.249)	(7.380.676)
(417.165)	(781.749)	(641.983)	(852.274)
14.704.528	27.895.103	21.385.264	34.467.177
	30.09.2022 18.570.184 (3.448.491) (417.165)	18.570.184 35.593.825 (3.448.491) (6.916.973) (417.165) (781.749)	30.09.2022     31.12.2021     30.09.2022       18.570.184     35.593.825     26.039.496       (3.448.491)     (6.916.973)     (4.012.249)       (417.165)     (781.749)     (641.983)

O . . . 4 . . 1 . . 1 . . . . .



#### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

# 20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	30.09.2022 31.12.2021		30.09.2022	31.12.2021
Despesas e custos por função				
Custo dos produtos vendidos	16.064.173	22.805.308	16.857.587	23.604.676
Despesas operacionais	6.045.220	6.398.055	6.799.730	7.357.612
	22.109.393	29.203.363	23.657.317	30.962.288
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	8.762.288	13.799.007	9.210.657	14.216.968
Despesas com pessoal e encargos	7.702.526	8.556.437	8.014.755	8.897.692
Despesas de aluguéis e correlatos	4.347	5.260	35.787	43.060
Despesas de serviços e utilidades				
públicas	710.933	868.772	755.338	951.733
Despesas de depreciação e				
amortização	1.105.438	1.213.959	1.132.550	1.247.869
Outras despesas	3.823.861	4.759.928	4.508.230	5.604.966
	22.109.393	29.203.363	23.657.317	30.962.288

# 21. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2022, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 99 mil, acrescida quando aplicável, dos encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2022, para o exercício de 2021 R\$ 90 mil, e estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Conso	lidado
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(2.336)	(3.301)	(2.336)	(3.301)
Despesas bancárias	(6.794)	(8.489)	(9.728)	(10.246)
Juros, parcelas fiscais LP e s/tributos	(1.744.974)	(1.242.640)	(1.763.384)	(1.251.680)
Variação Cambial Passiva	(1.072)	(14.050)	(1.072)	(14.050)
Outras	(2.737)	(9.765)	(2.993)	(9.790)
	(1.757.913)	(1.278.245)	(1.779.513)	(1.289.067)
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	2.096.639	758.063	2.855.597	961.558
Variação Cambial Ativa	_	27.765	-	27.765
Descontos obtidos	7.065	10.647	7.260	11.613
Juros ativos	34.498	212.817	43.192	224.600
	2.138.202	1.009.292	2.906.049	1.225.536
Variação cambial:				
Variação cambial ativa	-	27.765	-	27.765
Variação cambial passiva	(1.072)	(14.050)	(1.072)	(14.050)
•	(1.072)	13.715	(1.072)	13.715



#### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em Reais

#### 23. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas dos seguros, em valores de 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são assim contratadas:

	30.09.2022	31.12.2021
Responsabilidade civil	1.790.000	1.790.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	41.400.000	41.400.000
Veículos	106.336	106.336
	43.296.336	43.296.336

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

#### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuou nenhuma transação durante os exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivalem, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

A política de risco está sob a gestão do Conselho de Administração, que define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificáveis como aceitáveis pela Administração.

A Companhia está sujeita aos seguintes riscos:

- a) Risco de crédito: As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às normas fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).
- b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros: O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-bases outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.
- c) <u>Concentração de risco:</u> Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e a sua subsidiária integral à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.
- d) <u>Taxa de juros</u>: A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.

\* \* \*